

Estudo Técnico Preliminar - 56/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 23122.027061/2022-57

2. Descrição da necessidade

1. Este Estudo Técnico Preliminar é a primeira etapa do planejamento de uma contratação para assegurar a viabilidade e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso II (serviços).
2. O presente estudo destina-se a contratação de empresa para prestar serviços de manutenção em extintores de incêndio, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, peças e materiais que se fizerem necessários para a realização dos serviços.
3. A Administração deve assegurar o desempenho das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente, fácil, segura e confiável. Para atingir esse objetivo, busca, de forma racional, obter o melhor emprego de seus escassos recursos, visando atingir a eficácia de suas ações através do princípio da eficiência.
4. A contratação pretendida visa manter os extintores de incêndio em plenas condições de uso e prontos para combater eventuais princípios de incêndio nas instalações da UFSJ, conforme preconiza as normas de segurança, prevenção e combate de incêndios.
5. Desta forma pretende-se assegurar a proteção e a integridade física da comunidade acadêmica e demais usuários que utilizam as dependências da UFSJ, minimizando a perda de patrimônio material, documentos de valor incomensurável, em caso de situações de emergência ou ocorrência de sinistros.
6. Conforme preceituado no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, ressalta-se que a pretensa contratação é essencial e de relevante interesse público, em virtude da obrigatoriedade de recarregar os aparelhos extintores de incêndio a cada 12 (doze) meses e/ou sempre que estes forem utilizados, bem como de realizar testes hidrostáticos em períodos de 5 (cinco) anos, de modo que não pode haver solução de descontinuidade, sob pena de potencialização dos riscos às pessoas que trabalham, estudam e transitam nas dependências da UFSJ, bem como dos respectivos bens patrimoniais. Sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão finalística da UFSJ, conforme aduz o artigo 15 da IN SEGES/MP nº 05/2017 e o Acórdão/TCU nº 132/2018 – Segunda Câmara.
7. Desta forma para que não haja dispêndios de tempo e recurso humano empregado na instrução processual de nova contratação quando ao fim do contrato ora desejado, resta por configurada a necessidade de que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro.

8. A contratação pretendida será feita por grupo/lote. Sendo o grupo 1 para atender a necessidade da UFSJ na cidade de São João del-Rei/MG e o grupo 2 para atender a necessidade da UFSJ na cidade de Divinópolis/MG.

8.1 A justificativa pela opção de se realizar a contratação abrangendo somente os campi da UFSJ em São João del-Rei e Divinópolis se deve ao fato de que para os demais campi situados no município de Sete Lagoas/MG e no município de Ouro Branco/MG a contratação foi feita mediante registro de preços o qual se encontra vigente. Para esses dois campi a previsão de novo procedimento licitatório o objeto do presente estudo será respectivamente em dezembro de 2022 e fevereiro de 2023 e ocorrerão na mesma modalidade proposta neste estudo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Prefeitura de Campus - DIPRE e Setor de Infraestrutura e Apoio à Gestão Administrativa e Acadêmica (SEGO)	Fábio Chaves e José Arimatéa de Aleluia Junior

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. A contratação corresponde a serviço comum, nos termos do § único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002, visto que seus padrões de execução e desempenho podem ser definidos objetivamente no instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado. Consequentemente, a contratação do serviço poderá ser feita mediante processo licitatório na modalidade pregão, do tipo eletrônico, segundo os procedimentos do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

2. Os serviços pleiteados correspondem aos de natureza continuada, os quais segundo a IN SEGES/MP, art. 15, *“são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.”*

3. Em se tratando de serviços continuados, sua previsão está disposta também na Portaria Normativa/Reitoria nº 33, de 7 de junho de 2022, a qual define os serviços de natureza contínua no âmbito da UFSJ:

“Art. 1º Definir os serviços que se enquadram como serviços de natureza contínua no âmbito desta Universidade, cujos contratos necessitam estender-se por mais de um exercício financeiro, a fim de garantir a continuidade de atividades essenciais e evitar contratações rotineiras e antieconômicas.

[...]

LXVII. Recarga de extintores e realização de teste hidrostáticos.”

4. Os serviços pretendidos enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.407, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5. O licitante deverá emitir declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

6. Os serviços de manutenção em extintores de incêndio deverão ser realizados conforme determinação das normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em especial a NBR 12962 (inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndios); NBR 15808; NBR 15809; NBR 14105; NBR 13243 e NBR 9695, as Portarias do INMETRO/MDIC em especial a nº 05, de 04 de janeiro de 2011 e a nº 206, de 16 de maio de 2011 e as Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, bem como demais legislações em vigor, ou que venham a ser editadas no transcorrer da vigência do contrato.

7. Para fins de análise da qualificação técnica da empresa a ser contratada, deverá ser exigida a comprovação de aptidão para a prestação dos serviços conforme abaixo:

7.1 A empresa deverá estar em conformidade com as Portarias nº 05, de 04 de janeiro de 2011 e nº 206, de 16 de maio de 2011, do INMETRO e realizar a recarga e o teste hidrostático de acordo com as normas abaixo, complementares ao Regulamento Técnico da Qualidade (RTQ), aprovado pela citada Portaria nº 05:

a) ABNT NBR 15.808; ABNT NBR 12962 e ABNT NBR 9695;

b) de acordo com a data de fabricação do cilindro, deverão ser observadas para fins de manutenção as seguintes normas:

b.1) para extintores com carga de pó fabricados até 1993, NBR EB148. Para os fabricados de 1994 a 2011, NBR 10.721.

b.2) para os extintores com carga de água fabricados até 1993, NBR EB149. Para os fabricados de 1994 a 2011, NBR 11.715.

8. A empresa deverá apresentar no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já executou serviços compatíveis com o objeto licitado e com qualidade satisfatória.

8.1 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.2 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. A empresa deverá apresentar prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, sendo:

9.1 Licença para o Uso da Identificação da Certificação, Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção em Extintores de Incêndio, em conformidade à NBR 12962, ou Declaração de Conformidade do Fornecedor, expedida conforme legislação vigente do INMETRO, válida na data de abertura da sessão.

9.2 Certificado de Credenciamento obtido junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, comprovando habilitação para os serviços objeto desta contratação, válido na data de abertura da sessão.

10. A presente contratação observa a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do artigo 3º, “caput”, da Lei 8.666/93.

10.1 Os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, atendendo aos critérios de sustentabilidade assim como os descritos abaixo, quando possível:

10.1.1 A contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a preservação de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

10.1.2 A contratada deverá aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

11. Na execução do serviço, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

11.1 Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias.

11.2 Durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração.

11.3 É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

11.4 As substâncias a que se refere o item anterior devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável.

11.5 É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2401.

11.6 Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução.

11.7 A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

11.8 Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

11.9 É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

12. A Contratada deverá observar, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5. Levantamento de Mercado

1. Para identificar as possíveis soluções de mercado disponíveis e que atendessem aos requisitos da contratação foram pesquisados editais de licitações, publicados no ano de 2022, para contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo também de conhecer a existência de possíveis novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. As pesquisas foram realizadas no Portal de Compras do Governo Federal (http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_texto.asp) conforme exemplificado abaixo:

a) ÓRGÃO: Universidade Federal do Oeste do Pará - **UASG:** 158515

PREGÃO ELETRÔNICO: nº 02/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 23204.007431/2020-68

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de manutenção dos equipamentos de proteção contra incêndio e pânico, sem dedicação de mão de obra exclusiva, para atender as unidades da UFOPA.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global do grupo.

OBS.: No edital/termo de referência foi discriminado as peças para eventuais substituições quando necessário.

b) ÓRGÃO: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe-
UASG: 158134

PREGÃO ELETRÔNICO: nº 03/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 23060.001160/2021-08

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de carga e manutenção (1º, 2º e 3º nível, conforme ABNT NBR 12962:2016 e NBR 15808: 2017) de extintores de Incêndio para proteção contra incêndio nas edificações dos campi e da Reitoria do Instituto Federal de Sergipe - IFS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

OBS.: A licitação realizada foi para registro de preços.

c) ÓRGÃO: Ministério da Justiça e Segurança Pública - **UASG:** 200005

PREGÃO ELETRÔNICO: nº 01/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 08084.005028/2021-03

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para manutenção 2º nível e recarga de extintores de incêndio.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global do grupo.

OBS.: Serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

d) ÓRGÃO: Universidade Federal de Alagoas - **UASG:** 153037

PREGÃO ELETRÔNICO: nº 28/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 23065.030578/2021-90

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de manutenção de 2º e 3º níveis nos extintores de incêndio da Universidade

Federal de Alagoas. Incluindo, quando necessário, a substituição de peças defeituosas.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global do grupo.

OBS.: Serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

e) ÓRGÃO: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - **UASG:** 80020

PREGÃO ELETRÔNICO: nº 20/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 10251/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção de 2º e 3º níveis em extintores de incêndio portáteis deste Tribunal, bem como de sinalização e de colocação de suportes nos locais a eles destinados.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço.

OBS.: Serviço comum de caráter não continuado.

2. Com a pesquisa realizada foram encontradas as seguintes soluções:

- a) Solução 1: Realização de registro de preços para realização de recargas e teste hidrostáticos em extintores de incêndio.
- b) Solução 2: Contratação de empresa para a realização de serviços não continuados para manutenção em extintores de incêndios.
- c) Solução 3: Contratação de empresa para a realização de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra para manutenção em extintores de incêndios.

3. Dentre as soluções encontradas a que melhor atende a administração é a solução 3, conforme as seguintes análises:

3.1 A solução 1 oferece como desvantagens a incompletude e a impossibilidade de prever todos os itens a serem adquiridos. Ademais, considerando-se que os serviços de recarga de extintores são de extrema importância para a segurança da Instituição, caso ocorram eventuais problemas durante todo o processo licitatório que inviabilizem a conclusão tempestiva do certame, o procedimento de recarga dos extintores não será realizado dentro do prazo correto e consequentemente pode provocar riscos incalculáveis em caso de necessidade de utilização dos equipamentos.

3.2 A solução 2 realiza os serviços por escopo. Desta forma, tem como desvantagem o prazo curto de duração do contrato, o qual perdura normalmente por apenas 6 meses. Após o fim do contrato, se houver utilização dos equipamentos em caso de sinistros, novo procedimento de compras deverá ser realizado, o qual implicará não só em custos

administrativos para realização de novo processo como também em compra mais dispendiosa para a Administração em razão de perda de economia de escala por serviços em número reduzido de equipamentos.

3.3 A solução 3 se mostra mais vantajosa por tratar-se de contratação de serviços continuados com vigência de 12 meses. Assim, a possibilidade de prorrogações por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo de 60 meses, não só favorece a Administração face a obtenção de preços e condições mais vantajosas, como também reduz os altos custos administrativos para se realizar processo licitatório anual, já que a validade de recarga dos extintores é de 1 ano. Deve-se também, neste momento, otimizar os procedimentos administrativos visando mitigar a defasagem de servidores na Instituição, considerando que a UFSJ possui a pior RAT (relação aluno técnico) entre as federais brasileiras.

6. Descrição da solução como um todo

1. A solução escolhida e a ser adotada pela UFSJ é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção em extintores de incêndio, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a execução dos serviços.

2. São considerados serviços e fornecimentos contínuos os serviços contratados e as compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas. Para melhor definição, trazemos as palavras do professor Marçal Justen Filho:

“A identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro.

Estão abrangidos não apenas serviços essenciais, mas também as necessidades públicas permanentes relacionadas com atividades de menor relevância (tal como limpeza, por exemplo). O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço”.

(Justen filho, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2016, p. 1109.)

3. Considerando a natureza do objeto do presente estudo técnico é de caráter permanente, mostra-se adequada a classificação do objeto com a definição aludida acima.
4. Diante disso mostra-se possível e viável que seja possibilitado um contrato que tenha vigência de 1 (um) ano a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite estabelecido no artigo 57, II da Lei 8.666/93.
5. Justifica-se o prazo supracitado por se mostrar vantajoso para a administração, uma vez que o objeto do presente estudo técnico preliminar é de necessidade contínua e os custos administrativos para novas contratações anuais mostram-se elevados, em especial ao ter que mobilizar o escasso efetivo de pessoas.
6. Após o período de 12 (doze) meses de vigência do contrato, na hipótese de sua eventual prorrogação, poderá ser admitido, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, reajuste de preços utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE.
7. Os serviços serão executados sob demanda a cada 12 meses ou quando ocorrer o uso dos extintores de incêndios.
8. A qualidade dos serviços será mensurada mediante critérios estabelecidos no Índice de Medição de Resultados (IMR), os quais devem assegurar a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas.
9. Para os serviços de manutenção nos extintores de incêndio a contratada deverá obrigatoriamente seguir as orientações e os procedimentos estabelecidos pela ABNT NBR 12962:2016, ABNT NBR 15808, ABNT NBR 15809, ABNT NBR 14105; ABNT NBR 13243 e ABNT NBR 9695, as Portarias do INMETRO/MDIC em especial a nº 05, de 04 de janeiro de 2011 e a nº 206, de 16 de maio de 2011 e as Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, bem como demais legislações em vigor, ou que venham a ser editadas no transcorrer da vigência do contrato.
10. Os serviços de manutenção em extintores de incêndio deverão ser executados conforme procedimentos preconizados na ABNT NBR 12962:2016 para manutenção de segundo e terceiro nível:
 - 10.1 Manutenção de segundo nível / recarga (item 5.3.7.1 da ABNT NBR 12962:2016):
 - a) desmontagem completa do extintor de incêndio;
 - b) verificação dos componentes roscados conforme Anexo A;
 - c) verificação da necessidade do recipiente ou cilindro de extintor de incêndio a ser submetido ao ensaio hidrostático;
 - d) limpeza de todos os componentes e desobstrução (limpeza interna) dos componentes sujeitos a entupimento;

- e) inspeção visual das roscas dos componentes removíveis e verificação dimensional para as roscas cônicas dos cilindros para extintores de incêndio com carga de dióxido de carbono (CO₂) e cilindros para gases expelentes (ampolas), conforme Anexo A;
- f) inspeção das partes internas, utilizando o dispositivo de iluminação interna e externa quanto à existência de danos ou corrosão, conforme Anexo F, descrito em 5.3.3;
- g) repintura, quando necessário, descrito em 5.4;
- h) regulagem da válvula de alívio, para extintores de pressurização indireta, conforme 8.9.4;
- i) regulagem estática do regulador de pressão pertencente ao extintor de incêndio de pressurização indireta, conforme 8.9.5, de forma que seja permitida a pressurização do recipiente para o agente extintor até atingir uma pressão estática de 1,4 MPa (14 kgf/cm²) ou conforme manual do fabricante do extintor;
- j) substituição das vedações da válvula, conforme orientações do fabricante do extintor. Na falta delas, fazer conforme boas práticas;
- k) exame visual dos componentes de materiais plásticos ou borracha, os quais não podem apresentar rachaduras ou fissuras;
- l) verificação do tubo-sifão quanto ao comprimento (estabelecido por meio de dispositivo que meça, direta ou indiretamente, a profundidade do cilindro ou recipiente do gargalo ao fundo interno), integridade da rosca, existência de chanfro e demais características que possam comprometer o desempenho do extintor de incêndio; quando verificada a necessidade de troca do tubo -sifão, este deve atender às normas de fabricação do extintor e do manual do fabricante do extintor;
- m) para extintores de CO₂, avaliação visual de todos os componentes do extintor de incêndio, podendo acarretar na substituição dos que não atendam as especificações técnicas;
- n) verificação da condutividade elétrica da mangueira de descarga, conforme ensaio descrito em 8.9.2;
- o) verificação do indicador de pressão, o qual não pode apresentar vazamento e deve indicar marcação correta quanto à faixa de operação;
- p) fixação dos componentes roscados, com aperto adequado, sendo que, para a válvula de descarga, tampa e mangueira, devem ser adotadas as recomendações do Anexo B;

- q) para o conjunto de segurança (bujão, disco e arruela), caso necessária substituição, deve ser adotada a especificação do manual do fabricante do extintor ou fabricante da válvula e a troca do conjunto completo;
- r) substituição do quadro de instruções, conforme prescrito no Anexo C, adequado ao tipo e modelo do extintor de incêndio, se necessário;
- s) montagem do extintor de incêndio com os componentes compatíveis previamente verificados e aprovados, ou com componentes substituídos novos que atendam às normas e requisitos técnicos aplicáveis;
- t) execução de recarga e pressurização do extintor de incêndio;
- u) realização do ensaio de vazamento do extintor de incêndio, conforme descrito em 8.6 ou na ABNT NBR 15808 ou ABNT NBR 15809;
- v) colocação da trava e lacre;
- w) fixação de etiqueta autoadesiva contendo nível de manutenção efetuado, prazo para próxima manutenção de 2º nível (mês e ano) e próxima manutenção de 3º nível (ano);
- x) para o caso do extintor de incêndio com carga de dióxido de carbono (CO₂) ou cilindro de gás expelente, devem ser efetuadas, nas válvulas, de acordo com 5.3.8.4.1, as marcações da massa do extintor de incêndio completo com carga, mangueira, punho e difusor (PC) e da massa do extintor de incêndio completo descarregado (PV). Caso exista essa informação deve-se checar se o PC e PV estão corretos. Caso não estejam, esses dados devem ser corrigidos.

10.2 Manutenção de terceiro nível / teste hidrostático (item 5.3.8.1 da ABNT NBR 12962:2016): (

Obs. Na manutenção de terceiro nível / teste hidrostático não deverá ser realizado os procedimentos feitos na manutenção de segundo nível / recarga)

- a) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível);
- b) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível);
- c) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível);
- d) verificação dos requisitos do Anexo A;
- e) identificação do ensaio hidrostático conforme previsto em 5.3.8.4.7;
- f) avaliação da necessidade da remoção total ou parcial da pintura dos recipientes ou cilindros (externamente), sendo que a remoção total deve ocorrer, obrigatoriamente, quando for observado o descrito em 5.4.2;

- g) execução do ensaio hidrostático dos recipientes e cilindros destinados ao agente extintor e ao gás expelente (quando houver), de acordo com o método de ensaio de 8.4 ou 8.5, conforme o caso;
- h) pintura do recipiente ou cilindro, quando necessário, deve ser conforme 5.4.1;
- i) determinação da capacidade volumétrica, conforme previsto em 8.7, para cilindros de alta pressão, caso não esteja gravada no cilindro ou quando não especificada sua carga nominal;
- j) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível);
- k) substituição do conjunto de segurança da válvula de descarga dos extintores de incêndio de CO₂ ou cilindros para o gás expelente (arruela, disco e bujão), posteriormente ao ensaio hidrostático na válvula de descarga. Os componentes devem ser indicados pelo fabricante do extintor ou fabricante da válvula;
- l) verificação da resistência à pressão da válvula de descarga, conforme ensaio descrito em 8.8.2 ou 8.9.3;
- m) verificação da resistência à pressão da mangueira de descarga, conforme ensaios descritos em 8.8.1 e 8.9.1;
- n) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível);
- o) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível);
- p) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível);
- q) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível);
- r) verificação da condutividade elétrica da mangueira de descarga após ensaio hidrostático para extintores com carga de CO₂, conforme ensaio previsto em 8.9.2;
- s) fixação dos componentes roscados com aperto adequado, sendo que para a válvula de descarga, tampa e mangueira devem ser adotadas as recomendações do Anexo B; para o bujão de segurança, deve ser adotado o aperto especificado pelo fabricante do extintor ou fabricante da válvula;
- t) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível);
- u) colocação do quadro de instruções, conforme norma de fabricação do extintor, adequado ao tipo e modelo do extintor de incêndio;
- v) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível);
- w) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível);
- x) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível);

y) (Obs. procedimento realizado na manutenção de segundo nível).

11. Os serviços de manutenção nos extintores de incêndio serão realizados nas instalações da contratada e correrão por sua conta todas as despesas e custos decorrentes da manutenção, retirada e instalação dos extintores de incêndio, seguros, fretes, tributos, encargos trabalhista e previdenciário, mão de obra, transporte dos extintores para o local onde serão executados os serviços, bem como a respectiva devolução dos mesmos aos seus locais de origem.

12. Durante a realização dos serviços a contratada deverá disponibilizar para a UFSJ uma quantidade mínima de extintores de incêndio para eventual uso em caso de emergência.

12.1 O Fiscal Técnico do contrato em conjunto com a contratada elaborará o cronograma para a realização dos serviços, no qual será estipulado as quantidades mínimas de extintores de incêndio que serão retirados por vez para a realização de manutenção e as quantidades mínimas de extintores que a contratada deverá disponibilizar para a contratante enquanto estiver realizando os serviços de manutenção.

13. Para a realização da manutenção a contratada deverá recolher os extintores de incêndio, nos locais apontados pelo fiscal do contrato, em até 3 (três) dias úteis após o recebimento da ordem de serviço.

14. A contratada deverá devolver os extintores de incêndio, no mesmo local de recolhimento, em plenas condições de uso em até 10 (dez) dias úteis a contar da data do recolhimento.

15. Caso seja necessário um prazo maior que o estipulado, este deverá ser comunicado, formalmente ao fiscal do contrato, que poderá, mediante a justificativa, deferir o pedido.

16. A retirada, a entrega e a instalação dos extintores que fazem parte do grupo 1 – São João del-Rei/MG serão previamente agendadas pelo e-mail: segurancadotrabalho@ufsj.edu.br e/ou (32) 3379-5486

17. A retirada, a entrega e a instalação dos extintores que fazem parte do grupo 2 – Divinópolis /MG serão previamente agendadas pelo e-mail: ari.aleluia@ufsj.edu.br e/ou pelo telefone: (37) 98806-6210.

18. No ato da retirada dos extintores será lavrado termo contendo data, quantidade e tipo de extintores retirados, visando controlar a saída e a devolução dos mesmos. O termo será assinado em conjunto pela Contratante e Contratado.

19. Os extintores de incêndio que compõem o grupo 1 – São Joao del-Rei/MG estão instalados nos seguintes endereços:

a) Campus Santo Antônio (CSA): Praça Frei Orlando, nº 170, Centro, São João del-Rei/MG, CEP: 36.307-352;

b) Campus Dom Bosco (CDB): Praça Dom Helvécio, nº 74, Fábricas, São João del-Rei/MG, CEP: 36.301-160;

c) Campus Tancredo Neves (CTAN): Avenida Visconde do Rio Preto, s/nº (Km 02), Colônia do Bengo, São João del-Rei/MG, CEP: 36.301-360;

d) Centro Cultural (Solar da Baronesa): Praça Dr. Augusto das Chagas Viegas, nº 17, Largo do Carmo, São João del-Rei/MG, CEP 36307-904;

e) Fortim dos Emboabas: Rua Altamiro Flor, nº 103, Alto das Mercês, São João del-Rei/MG, CEP: 36.300-212;

f) Centro de Referência Musicológica Prof. José Maria Neves (CEREM): Rua Marechal Bittencourt, nº 24, Centro, São João del-Rei/MG, CEP: 36.300-070.

20. Os extintores de incêndio que compõem o grupo 2 – Divinópolis/MG estão instalados no seguinte endereço:

a) Rua Sebastião Gonçalves Coelho, 400 - Bairro Chanadour - Divinópolis, MG - CEP.: 35.501-296

21. A manutenção de segundo nível nos extintores de incêndio deverá ter garantia de 12 meses, a contar da data etiquetada por ocasião da manutenção em cada extintor.

22. A manutenção de terceiro nível nos extintores de incêndio deverá ter garantia de 60 (sessenta) meses a contar da data etiquetada por ocasião da manutenção em cada extintor.

23. Durante o período de vigência da garantia a CONTRATADA deverá prestar assistência técnica, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, promovendo os reparos que se fizerem necessários, além do suporte técnico indispensável ao correto funcionamento.

23.1 O início do atendimento aos chamados para a prestação de assistência técnica deverá ocorrer em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação.

23.2 O prazo para nova retirada e reinstalação dos extintores que apresentarem nível de carga abaixo do padrão, dentro do prazo de garantia, será de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

23.3 O ônus decorrente da assistência técnica será de integral responsabilidade da contratada, inclusive no que se refere aos custos e encargos resultantes da execução dos serviços e do transporte para a empresa onde se efetuará a assistência.

24. Durante a realização da manutenção nos extintores de incêndios caso seja necessário a substituição de alguma peça e/ou realização de algum teste estes serão realizados por conta da empresa contratada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. O quantitativo estimado na tabela abaixo são com base na quantidade total de extintores que a UFSJ possui. Considerando que durante a vigência do contrato poderá ocorrer algum sinistro que resulte na utilização dos extintores foi acrescido uma margem de 10% sobre o quantitativo dos serviços para suprir eventuais emergências.

Grupo 01 – São João del-Rei/MG			
Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade
1	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo AP - Capacidade 10 L	Cilindro	158
2	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo ABC - Capacidade 4 Kg	Cilindro	167
3	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo ABC - Capacidade 6 Kg	Cilindro	45
4	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo ABC - Capacidade 8 Kg	Cilindro	19
5	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo ABC - Capacidade 12 Kg	Cilindro	8
6	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo BC (PQS) – Capacidade 4 kg	Cilindro	5
7	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo BC (PQS) - Capacidade 6 Kg	Cilindro	27
8	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo BC (PQS) - Capacidade 12 Kg	Cilindro	5
9	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo CO2 - Capacidade 4 Kg	Cilindro	2
10	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo CO2 - Capacidade 6 Kg	Cilindro	54
11		Cilindro	140

Manutenção de terceiro nível/teste hidrostático em extintor de incêndio de diversos tipos.		
Total no ano de 2022 = 140 cilindros		
Total no ano de 2023 = 55 cilindros		
Total no ano de 2024 = 88 cilindros		
Total no ano de 2025 = 107 cilindros		
Total o ano de 2026 = 100 cilindros		

Grupo 02 – Divinópolis/MG			
Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade
1	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo AP - Capacidade 10 L	Cilindro	47
2	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor incêndio tipo ABC - Capacidade 6 Kg	Cilindro	4
3	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo BC (PQS) - Capacidade 6 Kg	Cilindro	5
4	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo BC (PQS) - Capacidade 8 Kg	Cilindro	6
5	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo BC (PQS) - Capacidade 12 Kg	Cilindro	14
6		Cilindro	36

	Manutenção de segundo nível/recarga em extintor de incêndio tipo CO2 - Capacidade 6 Kg		
7	<p>Manutenção de terceiro nível/teste hidrostático em extintor de incêndio de diversos tipos.</p> <p>Total no ano de 2022 = 6 cilindros</p> <p>Total no ano de 2023 = 3 cilindros</p> <p>Total no ano de 2024 = 2 cilindros</p> <p>Total no ano de 2025 = 95 cilindros</p> <p>Total o ano de 2026 = 6 cilindros</p>	Cilindro	95

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 21.812,00

1. De acordo com o Art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020:

“A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral, será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I – Painel de preços, disponível no endereço eletrônico gov.br /paineldepregos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - Pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§ 1º - deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.”

2. O parâmetro utilizado para a realização da pesquisa de preços foi a utilização do painel de preços conforme inciso I do Art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020.

3. A metodologia utilizada para a obtenção do preço de referência da presente contratação foi a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, haja vista que se constitui medida de tendência central e, desta maneira, representa, de uma forma mais robusta, os preços praticados no mercado (Acórdão nº 3.068/2010 – Plenário).

4. O valor total estimado para o Grupo 1 é R\$ 16.832,55 (dezesesseis mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) e o valor total estimado para o Grupo 2 é R\$ 4.979,78 (quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos), conforme tabelas abaixo:

Grupo 01 – São João del-Rei/MG					
Item	Descrição	Unidade de medida	Quant.	Valor unitário estimado (R\$)	Valor total estimado (R\$)
1	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo AP - Capacidade 10 L	Cilindro	158	18,00	2.844,00
2	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo ABC - Capacidade 4 Kg	Cilindro	167	30,33	5.065,11
3	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo ABC - Capacidade 6 Kg	Cilindro	45	42,83	1.927,35
4		Cilindro	19	43,00	817,00

	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo ABC - Capacidade 8 Kg				
5	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo ABC - Capacidade 12 Kg	Cilindro	8	57,80	462,40
6	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo BC (PQS) – Capacidade 4 kg	Cilindro	5	24,02	120,10
7	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo BC (PQS) - Capacidade 6 Kg	Cilindro	27	34,42	929,34
8	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo BC (PQS) - Capacidade 12 Kg	Cilindro	5	45,97	229,85
9	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo CO2 - Capacidade 4 Kg	Cilindro	2	44,41	88,82
10	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo CO2 - Capacidade 6 Kg	Cilindro	54	46,67	2.520,18
11	Manutenção de terceiro nível/ teste hidrostático em extintor de incêndio de diversos tipos.	Cilindro	140	13,06	1.828,40
VALOR TOTAL: R\$ 16.832,55					

Grupo 02 – Divinópolis/MG

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant.	Valor unitário estimado (R\$)	Valor total estimado (R\$)
1	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo AP - Capacidade 10 L	Cilindro	47	18,00	846,00
2	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor incêndio tipo ABC - Capacidade 6 Kg	Cilindro	4	42,83	171,32
3	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo BC (PQS) - Capacidade 6 Kg	Cilindro	5	34,42	172,10
4	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo BC (PQS) - Capacidade 8 Kg	Cilindro	6	37,66	225,96
5	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo BC (PQS) - Capacidade 12 Kg	Cilindro	14	45,97	643,58
6	Manutenção de segundo nível /recarga em extintor de incêndio tipo CO2 - Capacidade 6 Kg	Cilindro	36	46,67	1.680,12
7	Manutenção de terceiro nível/ teste hidrostático em extintor de incêndio de diversos tipos.	Cilindro	95	13,06	1.240,70
VALOR TOTAL: R\$ 4.979,78					

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. Considerando que as unidades educacionais onde serão realizados os serviços possuem localizações geográficas distantes uma da outra, situadas em 2 cidades do Estado de Minas Gerais (São João del Rei e Divinópolis), haverá segregação/subdivisão do objeto da pretendida contratação em dois grupos, dada a possibilidade de empresas distintas prestarem os serviços nas diversas regiões, em conformidade com o art. 15, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, visando promover a ampla concorrência e consequentemente economicidade da contratação. Do contrário haveria a concentração da competição entre poucos prestadores de grande porte, inviabilizando a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, em termos regionalizados.

2. O fracionamento proposto alinha-se à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme segue: *“o parcelamento do objeto escapa à discricionariedade administrativa sob circunstâncias em que se faça impositivo. Sua não adoção, nessa situação, configura patente ilegalidade. O parcelamento, além de disposição legal, é regra ética, de bom-senso e de boa administração, de modo a se promover o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem perda da economia de escala.”* – Acórdão 2.593/2013 – TCU-Plenário - (grifo nosso).

3. Por outro lado, a adjudicação da pleiteada contratação ocorrerá pelo critério de menor preço global por grupo/lote. Utilizando como paradigma o art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93 e a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, tem-se que a divisão do objeto, em itens ou lotes, é trabalhada como regra. Isso em decorrência da presunção de que, com a cisão em parcelas menores, aumentará a competitividade e, consequentemente, as chances de alcançar propostas mais vantajosas. Entretanto, o TCU já se manifestou, através do Acórdão 1.946 /2006, que o parcelamento não se trata de uma regra rígida a ser implementada em todos os processos de contratação, cujo extrato da decisão esclarece:

“20. É cediço que a regra é o parcelamento do objeto de que trata o § 1º do art. 23 da Lei Geral de Licitações e Contratos, cujo objetivo é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, mas é imprescindível que se estabeleça que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável. Do contrário, existindo a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido, não há razão em fragmentar inadequadamente os serviços a serem contratados. 21. Assim, não verificada a coexistência das premissas lançadas neste Voto, viabilidade técnica da divisão e benefícios econômicos que dela decorram, reputo que o melhor encaminhamento a ser dado à questão é no sentido de que o objeto, nos moldes descritos no Edital, possa ser licitado de forma global. 22. Registro que não se está defendendo aqui que se trata de um objeto complexo e indivisível, mas de objeto cujo os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento” (grifo nosso)

4. Segundo o renomado jurista Marçal Justen Filho, *“a obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve*

respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. (...) a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento”.

5. De igual modo, no Acórdão 1972/2018, julgado pelo Plenário do TCU, aponta que *“por ser a licitação conjunta uma exceção à regra geral do parcelamento, caberia ao órgão contratante (...) proceder a estudos preliminares que demonstrassem, de forma mais específica, que a eventual segregação da contratação dos serviços previstos com novos fornecedores traria prejuízos aos fins pretendidos e que a suscitada aquisição conjunta seria efetivamente a mais adequada em termos técnicos e econômicos. Há que se considerar que a decisão do gestor em parcelar ou não uma contratação deve ser obrigatoriamente precedida de estudos técnicos que justifiquem a decisão mais adequada a ser tomada e não somente justificativas.”*

6. Pode-se citar ainda, mais um entendimento do TCU, através do Acórdão 732/2008, no sentido de que *“a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto”.*

7. O art. 23, § 1º da Lei nº 8.666, dispõe: *“As obras, serviços e compras efetuados pela Administração serão divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.”*

8. Em que pese a orientação ser o fracionamento, tantos quanto possíveis, a formação de grupo pode e deve ser utilizada quando a natureza do objeto licitatório condiciona tecnicamente a contratação de forma conjunta ou que possibilite maiores vantagens econômicas em função da escala.

9. Ainda, a opção por agrupamento em lote de itens a serem adquiridos é considerada lícita, desde que possuem mesma natureza e que guardem relação entre si, conforme disposto no Acórdão 5.260/2011 – 1ª Câmara, Acórdão 861/2013 – Plenário, TC 006.719/2013, relatora Ministra Ana Arraes, 10-04-2013.

10. Assim, os itens serão agrupados por grupo/lote por serem de natureza semelhante e para evitar a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para, por fim, assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, conforme § 2º do Art. 8º do Decreto nº 7.892/2013. A contratação de somente uma licitante para a execução do contrato em sua totalidade no escopo de cada lote/grupo de itens, permite a centralização da responsabilidade em uma única empresa por grupo, favorecendo não apenas o adequado acompanhamento de problemas e soluções, mas também oportuniza a verificação das suas causas assim como assegura a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, aumentando o controle sobre a execução do objeto licitado. Por conseguinte, assegura-se o atendimento do interesse público, do que poderá resultar em benefícios tanto para a Administração, quanto para a coletividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para o objeto da presente contratação não é necessária uma contratação correlata ou interdependente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os serviços a serem contratados estão previstos no Plano Anual de Contratações – PAC, da Instituição, para o ano de 2022.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. A solução escolhida apresenta a alternativa mais eficiente e econômica para a Administração por buscar a contratação de uma empresa especializada para realizar o serviço com mão de obra alocada e treinada.
2. Com a contratação pretende-se:
 - 2.1. Manter os extintores de incêndio em condições de utilização, em cumprimento as normas de segurança e proteção.
 - 2.2. Atender as demandas no que tange à prevenção e ao combate a incêndios, em caso de sinistro.
 - 2.3. Preservar em tempo integral as instalações das áreas da UFSJ, substancialmente a integridade física de alunos, servidores, prestadores de serviços e visitantes.
 - 2.4. Proteger a vida e o patrimônio, de modo a reduzir as consequências sociais e os danos ao patrimônio público e ao meio ambiente.

13. Providências a serem Adotadas

1. No caso específico desta contratação não haverá necessidade de adequação das instalações atuais para a instalação dos equipamentos bem como não haverá o remanejamento dos equipamentos dos pontos atuais em que estão localizados.
2. Entende-se que o acompanhamento da execução dos serviços deve ser realizado por técnico/engenheiro de segurança do trabalho tendo em vista que são profissionais capacitados para inspecionar os equipamentos de segurança em questão e capazes de atestarem se os equipamentos disponibilizados pela empresa estão em conformidade com as especificações prévias do edital. Desta forma sugere que para a fiscalização do contrato oriundo do grupo 1 – São João del-Rei/MG seja designado o técnico de segurança do trabalho lotado no Setor de Apoio ao Servidor e para o contrato oriundo do grupo 2 – Divinópolis/MG, seja designado o técnico em segurança do trabalho lotado no Setor de Infraestrutura e Apoio à Gestão Administrativa e Acadêmica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

1. Conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 4ª edição/agosto de 2021, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/gnccs-alterado.pdf>, página 194, temos:

SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO - Serviços de manutenção

*Serviços de manutenção de sistemas, equipamentos ou aparelhos que contenham Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal. Exemplo: - Manutenção de sistemas de refrigeração e de equipamentos de ar condicionado. - **Manutenção de extintores de incêndio ou de sistemas de combate a incêndio** - Etc. (grifo nosso).*

2. Desta forma deverão ser observadas, em todas as fases do procedimento licitatório, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

3. Durante a execução dos serviços a contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade, otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição tais como:

3.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

3.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4. A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o estabelecido no Art. 6º e seus incisos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como os critérios e práticas sustentáveis elencados no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da contratação se justifica pois foram cumpridos todos os requisitos presentes no ETP.

16. Responsáveis

De acordo com a aquisição, conforme decisão da Comissão de Planejamento da Contratação.

FABIO BRUNO DA SILVA
Assistente em Administração / Membro da COPLAC

De acordo com a aquisição, conforme decisão da Comissão de Planejamento da Contratação.

VERA LUCIA MENEZHINI VALE
Administradora / Membro da COPLAC

De acordo com a aquisição, conforme decisão da Comissão de Planejamento da Contratação.

WANEISSA SOARES FOFANO CAPOBIANGO
Assistente em Administração / Membro da COPLAC

De acordo com a aquisição, conforme decisão da Comissão de Planejamento da Contratação.

MARCIA ROSANA DE RESENDE
Assistente em Administração / Membro da COPLAC

De acordo com a aquisição, conforme decisão da Comissão de Planejamento da Contratação.

FABIO CHAVES
Diretor da Divisão de Prefeitura de Campus

De acordo com a aquisição, conforme decisão da Comissão de Planejamento da Contratação.

JOSE ARIMATEA DE ALELUIA JUNIOR
Técnico em Segurança do Trabalho - CCO

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 3 - Mapa de Risco_Modificado.pdf (56.21 KB)

Anexo I - 3 - Mapa de Risco_Modificado.pdf

MAPA DE RISCO

FASE DE ANÁLISE: Planejamento da Contratação

RISCO 1: Seleção de equipe inadequada para o planejamento da contratação		
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto	() Baixo (x) Médio () Alto	
DANO 1: Realização de estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos na contratação		
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
1	Escolha de equipe de planejamento com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil a fim de que não haja prejuízos durante a fase de planejamento	PROAD e PROGP
AÇÃO DE CONTIGÊNCIA		RESPONSÁVEL
1	Substituição de membro(s) da equipe de planejamento que não esteja(m) tendo rendimento	PROAD e PROGP
2	Capacitação dos servidores escolhidos para o planejamento	PROGP

RISCO 2: Estudo preliminares deficientes		
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (X) Alto	
DANO 1: Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
DANO 2: Gastos com processo licitatório ineficiente		
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
1	Elaborar checklist que contemple, no que couber, os requisitos previstos no § 1º, art. 24, da IN SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017	COPLAC
2	Nomear servidores com qualificação técnica e experiência em contratações	PROGP
AÇÃO DE CONTIGÊNCIA		RESPONSÁVEL
1	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares apontadas pela COPLAC	Requisitante
2	Capacitar os servidores que farão parte da equipe de planejamento	PROGP

RISCO 3: Especificação deficiente da demanda		
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (x) Alto	

DANO 1: Contratação e execução deficiente do objeto		
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
1.	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente contemplando unidade de medida, locais de execução, quantidade e prazo de início.	COPLAC e Requisitante
AÇÃO DE CONTIGÊNCIA		RESPONSÁVEL
1.	Constatado o erro, devolver para complementação das informações	COPLAC e Requisitante

RISCO 4: Preço de referência mal estimado		
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (x) Alto	
DANO 1: Estimativa de preço inferior ao praticado no mercado: realizar a licitação sem que haja interessados em participar devido às dificuldades de exequibilidade da proposta, provocando licitação deserta		
DANO 2: Estimativa de preço superior ao praticado no mercado: contratação com preço superestimado causando gastos desnecessários aos cofres públicos		
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
1.	Considerar os fatores regionais ao realizar a pesquisa. Revisar os itens descritos.	Requisitante
2.	Análise das discrepâncias nos preços praticados para chegar a um valor estimado exequível	COPLAC e Requisitante
AÇÃO DE CONTIGÊNCIA		RESPONSÁVEL
1.	Revisar os orçamentos recebidos e observar preços de outras licitações com objeto similar. Solicitar novas cotações em caso de grandes discrepâncias.	COPLAC e Requisitante

RISCO 5: Especificações muito detalhadas		
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (x) Alto	
DANO 1: Cerceamento da competitividade		
DANO 2: Contratação com valor superestimado		
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
1.	Apresentar especificações concisas e condizentes com a justificativa e necessidade da contratação	Requisitante
2.	Verificar se há excesso de especificações que possam comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo	COPLAC, Requisitante e SECOL
AÇÃO DE CONTIGÊNCIA		RESPONSÁVEL
1.	Reformular as especificações do objeto	COPLAC e Requisitante

RISCO 6: Escolha de solução inadequada		
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta	

Impacto		() Baixo () Médio (x) Alto	
DANO 1: Contratação de serviços que não atendam às necessidades da Administração			
DANO 2: Contratação com valor superestimado			
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
1.	Realizar ampla pesquisa de mercado e verificar contratações similares feitas por outros órgãos com objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor possam atender às necessidades da Administração	Requisitante	
2.	Identificar as vantagens técnicas e econômicas das soluções	Requisitante	
AÇÃO DE CONTIGÊNCIA		RESPONSÁVEL	
1.	Verificar se a solução apontada se mostra mais vantajosa econômica para a Administração	COPLAC e Requisitante	

São João del-Rei, 02 de agosto de 2022.

Fábio Chaves
Diretor da Divisão de Prefeitura de Campus

Vera Lúcia Lopes
Chefe do Setor de Segurança Institucional

José de Arimatéia de Aleluia Junior
Técnico em Segurança do Trabalho
Setor de Infraestrutura e Apoio à Gestão Administrativa e Acadêmica
(SEGCO)



Emitido em 02/08/2022

ESTUDO TÉCNICO Nº 131/2022 - COPLAC (10.16)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/08/2022 15:14)

FABIO BRUNO DA SILVA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
DIMAP (15.00.02)
Matrícula: 1650273

(Assinado digitalmente em 03/08/2022 09:31)

FABIO CHAVES
DIRETOR DE DIVISAO - TITULAR
DIPRE (15.00.03)
Matrícula: 7434682

(Assinado digitalmente em 03/08/2022 09:49)

JOSE ARIMATEA DE ALELUIA JUNIOR
TEC EM SEGURANCA DO TRABALHO
SEGO (10.02.07)
Matrícula: 1623262

(Assinado digitalmente em 03/08/2022 09:26)

MARCIA ROSANA DE RESENDE
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
SEPLO (18.00.01.03)
Matrícula: 434758

(Assinado digitalmente em 03/08/2022 09:23)

VERA LUCIA LOPES
CHEFE DE SETOR - TITULAR
SSEGI (15.00.03.06)
Matrícula: 2045211

(Assinado digitalmente em 02/08/2022 15:35)

VERA LUCIA MENECHINI VALE
ADMINISTRADOR
PROEX (14.00)
Matrícula: 1547155

(Assinado digitalmente em 03/08/2022 08:16)

WANEISSA SOARES FOFANO CAPOBIANGO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
CACSL (15.00.06)
Matrícula: 1940850